

Índice

Notas Explicativas	1
--------------------	---

Notas Explicativas

TÊXTIL RENAUXVIEW S/A
CNPJ/MF: 82.982.075/0001-80
NIRE: 4230000949-1
Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia atua preponderantemente no ramo têxtil, principalmente na produção de fios de algodão para consumo próprio e tecidos de algodão. Suas ações são negociadas na Bovespa sob os códigos TXRX3 e TXRX4. Está sediada na cidade de Brusque-SC na Rua do Centenário nº 215.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**a) Declaração de conformidade em relação às normas IFRS e às normas do CPC**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão

b) Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 29 de fevereiro de 2016.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de po-

Notas Explicativas

líticas financeiras e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas financeiras adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 19 – Provisões fiscais e Contingências

Nota 26 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e sua controlada Renauxview Ltda., onde o investimento corresponde a 99,98% (99,98% - 2014).

As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras da controlada, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre a empresa consolidada;
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da empresa controlada;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das demonstrações financeiras consolidadas.

b) Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras (IAS 21), aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos

Notas Explicativas

e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado.

c) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

i) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras.

ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma

Notas Explicativas

base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente, com exceção dos depósitos judiciais descritos na nota explicativa nº 8.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

d) Caixa e equivalentes de caixa

- i) **Caixa e bancos conta movimento:** incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários com risco insignificante de mudança de valor;
- ii) **Aplicações financeiras:** estão avaliadas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras e referem-se a aplicações em renda fixa.

e) Contas a receber de clientes

São registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. A estimativa de perdas para devedores duvidosos foi constituída em montante suficiente pela Administração para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos. O saldo de contas a receber de clientes ainda está líquido do ajuste a valor presente.

f) Estoques

Estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, o qual não supera o valor de mercado. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui os custos gerais de fabricação. A Administração não tem expectativa de perda sobre os valores de estoques.

g) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes. Nos casos em que houve reavaliações, estão mantidas.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Notas Explicativas

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de ganhos de capital no resultado.

ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

iii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

h) Ativo intangível

i) Reconhecimento e mensuração

A Companhia possui somente *softwares* como ativos intangíveis. Todos são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

ii) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

iii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

i) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Notas Explicativas

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e, que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis. Todos os recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de estimativa de perdas contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii) Ativos não financeiros

Os valores financeiros dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

k) Receita operacional - Venda de produtos

Notas Explicativas

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável.

l) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui receita com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre tributos, ajuste a valor presente. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui despesa com variação cambial, a qual é contabilizada, diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção também são contabilizados no resultado.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Caixa	36	59	36	59
Bancos conta movimento	36	107	197	1.230
Aplicações financeiras	60	1	60	1
TOTAL	132	167	293	1.290

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Clientes	27.203	26.334	27.203	26.334
(-) Estimativa de perdas com clientes	(9.972)	(9.684)	(9.972)	(9.684)
(-) Ajuste a valor presente	(363)	(226)	(363)	(226)
TOTAL	16.868	16.424	16.868	16.424

Notas Explicativas**6. ESTOQUES**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Produtos acabados	9.976	11.409	9.976	11.409
Produtos em elaboração	8.069	8.404	8.069	8.404
Materiais diretos	3.493	7.116	3.493	7.116
Materiais de consumo	3.234	2.667	3.234	2.667
Importação em andamento	540	555	540	555
TOTAL	25.312	30.151	25.312	30.151

A administração da Companhia não tem expectativa de perdas sobre os saldos finais de estoques. As perdas esperadas já foram reconhecidas no resultado do exercício.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR**a) Circulante**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
IPi	19	35	19	35
ICMS	320	645	320	645
PIS/COFINS	158	157	158	157
IRPJ/CSLL	-	-	95	70
TOTAL	497	837	592	907

b) Não circulante

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
COFINS (multa parcelamento)	911	911
PIS/COFINS	974	1.086
ICMS	178	393
TOTAL	2.063	2.390

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS**a) Ativo não circulante**

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Marinha Mercante	295	295	295	295
CVM	191	191	191	191
Vladimir Walendowski	-	112	-	112
Processos trabalhistas	151	117	151	117
IRPJ	-	-	26	26
Outros	10	9	10	9
TOTAL	647	725	673	750

b) Passivo não circulante

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
CVM	191	191
Processos trabalhistas	151	117
TOTAL	342	308

9. TRIBUTOS DIFERIDOS

A Companhia mantém também débitos fiscais de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL constituídos sobre os ajustes de avaliação patrimonial (AAP) sobre itens do imobilizado.

Desta forma, seguindo o que regulamenta o CPC 32, parágrafo 74, item b, número ii, a partir de 2015 Companhia está apresentando estes valores pelo seu valor líquido de realização (tributos diferidos ativos (-) tributos diferidos passivos), em função dos mesmos estarem relacionados com tributos sobre o lucro gerados pela mesma autoridade tributária. Em 31 de dezembro de 2015, a situação na **Controladora** era a seguinte:

Notas Explicativas

	Controladora	
	2015	2014
a) Tributos diferidos ATIVOS		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	766	936
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	276	336
SUBTOTAL	1.042	1.272
b) Tributos diferidos PASSIVOS		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(766)	(936)
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	(276)	(336)
SUBTOTAL	(1.042)	(1.272)
TOTAL LÍQUIDO DE REALIZAÇÃO	-	-

Até 31 de dezembro de 2015, foram reconhecidos no resultado da Controladora o montante de (R\$ 229) referente despesa com tributos diferidos em função da baixa por expectativa de realização. A Controlada também possui valores contabilizados como tributos diferidos passivos. Em 31 de dezembro de 2015, a situação **Consolidada** da Companhia era a seguinte:

	Consolidado	
	2015	2014
a) Tributos diferidos ATIVOS		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	766	936
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	276	336
SUBTOTAL	1.042	1.272
b) Tributos diferidos PASSIVOS		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(1.062)	(1.231)
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	(383)	(442)
SUBTOTAL	(1.445)	(1.673)
TOTAL LÍQUIDO DE REALIZAÇÃO	(403)	(401)

10. ATIVOS NÃO DE USO PRÓPRIO – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Em função de decisões estratégicas relacionadas a melhorar a capacidade produtiva da Companhia, ao longo do tempo algumas máquinas e equipamentos são desativados na produção e disponibilizados para venda. Em 31 de dezembro de 2015 (Controladora e Consolidado), perfaziam o montante de R\$ 400 mil (2014 – R\$ 345 mil).

Notas Explicativas**11. INVESTIMENTOS****a) Participação em controlada**

	Quantidade Cotas Possuídas		Porcentagem de Participação		No Patrimônio Líquido		Participação no Resultado	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Renauxview Ltda.	99.998	99.998	99,99	99,99	441	287	154	144

b) Saldos e transações com controlada

As demonstrações financeiras incluem os seguintes saldos e transações com empresa controlada:

	Direitos		Obrigações	
	2015	2014	2015	2014
Renauxview Ltda.	1.468	2.572	-	-

	Receitas		Despesas	
	2015	2014	2015	2014
Renauxview Ltda.	-	-	240	240

As transações com a Renauxview Ltda. referem-se a prestação de serviços a preço e em condições de mercado que lhe permitam adequada rentabilidade.

11.1. Absorção de acervo líquido oriundo de cisão da controlada Renauxview Ltda.

Devidamente autorizada por Assembleia Geral Extraordinária realizada no ano de 2012 a Companhia transferiu acervo líquido composto de imóvel de matrícula n.º 33052 e dívidas junto a credora Rotterdam para sua controlada Renauxview Ltda. Concretizada essa operação, sua controlada, por acordo com a credora Rotterdam, em 08/2013, tentou liquidar os créditos detidos por essa e pela empresa Welowo, mediante a transferência do referido imóvel para a primeira.

Contudo, como referido imóvel está penhorado pela Fazenda Nacional em decorrência de débitos tributários da Companhia, a transferência do imóvel à Rotterdam somente seria possível com a concordância expressa da Fazenda Nacional, o que não foi possível ser obtido.

Por esse motivo, não restou outra alternativa a Companhia, senão ao desfazimento da transferência imobiliária pretendida, mediante reversão dos atos praticados.

Nesse sentido, em 08/2015 a controlada Renauxview e a Rotterdam, praticaram atos visando reverter a operação ocorrida em 08/2013, gerando os seguintes efeitos em suas demonstrações contábeis:

Ativo: valor de R\$ 82.640.000,00 (oitenta e dois milhões, seiscentos e quarenta mil reais) referente ao imóvel;

Passivo: no valor de R\$ 82.590.000,00 (oitenta e dois milhões, quinhentos e noventa mil reais);

Patrimônio líquido (acervo líquido): R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Em 27/11/2015 a AGE autorizou a Companhia a reabsorver o acervo líquido que havia sido vertido.

Notas Explicativas

Em função da reversão da operação de cisão originalmente efetuada em 2012, as dívidas com o credor Rotterdam e Welowo tiveram sua atualização desde a data original da operação (2012) até 31 de dezembro de 2015. Esta atualização da dívida resultou em um montante de R\$ 101.626 mil contabilizados no resultado do exercício do 4º trimestre de 2015 da Companhia.

12. IMOBILIZADO

A Companhia procede a avaliação da vida útil econômica do ativo imobilizado de acordo com a Lei 11.638/07 e 11.941/09 e atendendo a Deliberação nº 583 de 31 de julho de 2009 e Deliberação nº 619 de 22 de dezembro de 2009 da CVM que aprovaram os CPC 27 e ICPC 10. Para determinar a estimativa de vida útil do ativo imobilizado e valor residual, os técnicos da Companhia analisaram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica e a experiência da Companhia com seus ativos.

	Controladora			Consolidado	
	2015		2014	2015	2014
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Terrenos	52.005	-	52.005	1.002	54.055
Imóveis	31.637	-	31.637	-	31.637
Máquinas de grande porte	92.050	(54.733)	37.317	40.275	37.317
Veículos	1.088	(607)	481	543	481
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	8.962	(6.189)	2.773	3.842	2.773
Benfeitorias	722	-	722	641	722
Outras imobilizações	1.727	(1.132)	595	769	595
Imobilizado em andamento	19	-	19	462	19
Adiantamentos a fornecedores	42	-	42	142	42
TOTAL	188.252	(62.661)	125.591	47.676	127.641

12.1. Movimentação do Custo Corrigido – Controladora

	Controladora			
	2014	Adições	Baixas	Transferências
Terrenos	1.002	51.003	-	-
Imóveis	-	31.637	-	-
Máquinas de grande porte	93.248	31	(1.968)	739
Veículos	1.014	4	-	70
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	9.190	158	(231)	(155)
Benfeitorias	641	53	-	28
Outras imobilizações	1.656	65	(31)	37
Imobilizado em andamento	461	868	(107)	(1.203)
Adiantamentos a fornecedores	142	39	(10)	(129)
TOTAL	107.354	83.858	(2.347)	(613)

Notas Explicativas**12.2. Movimentação da Depreciação Acumulada – Controladora**

	Controladora				2015
	2014	Adições	Baixas	Transferências	
Máquinas de grande porte	(52.972)	(3.290)	1.515	14	(54.733)
Veículos	(470)	(84)	-	(53)	(607)
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	(5.347)	(1.121)	120	159	(6.189)
Outras imobilizações	(889)	(263)	16	4	(1.132)
TOTAL	(59.678)	(4.758)	1.651	124	(62.661)

13. INTANGÍVEL

	Controladora			Consolidado	
	2015		2014	2015	2014
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Direitos de uso	1.233	(929)	304	304	321
Software em andamento	1.582	-	1.582	1.582	1.399
TOTAL	2.815	(929)	1.886	1.886	1.720

13.1. Movimentação do Custo Corrigido

	Controladora e Consolidado				2015
	2014	Adições	Baixas	Transferências	
Direitos de uso	1.145	58	(3)	33	1.233
Software em andamento	1.399	183	-	-	1.582
TOTAL	2.544	241	(3)	33	2.815

13.2. Movimentação da Amortização Acumulada

	Controladora e Consolidado				2015
	2014	Adições	Baixas	Transferências	
Direitos de uso	(824)	(74)	-	(31)	(929)
TOTAL	(824)	(74)	-	(31)	(929)

Notas Explicativas**14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Salários	853	925	856	926
Provisão para férias	2.371	2.382	2.378	2.388
INSS (não parcelado)	9.911	10.106	9.912	10.107
INSS (MP 470)	7.175	-	7.175	-
FGTS	799	215	800	216
Salário educação - FNDE	1.529	1.363	1.529	1.363
SESI	918	818	918	818
SEBRAE	367	327	367	327
SENAI	739	642	739	642
Parcelamento - Lei 11.941/09	2.723	2.466	2.723	2.466
Outros	18	11	18	11
TOTAL	27.403	19.255	27.415	19.264

15. FORNECEDORES

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Fornecedores nacionais	6.333	5.884
Fornecedores estrangeiros	121	54
TOTAL	6.454	5.938

Notas Explicativas**16. OBRIGAÇÕES FISCAIS**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
ICMS	219	199	219	199
ICMS parcelamento	1.589	920	1.589	920
ICMS - PRODEC	29.534	27.010	29.534	27.010
IRRF	1.364	812	1.364	812
IPTU	5.420	2.861	5.420	2.861
ISS retido	8	7	8	7
PIS/COFINS	6.470	6.038	6.471	6.038
PIS/COFINS/CSLL retidos	5	1	5	2
ICMS Importações	-	3.086	-	3.086
IRPJ/CSLL	-	-	6	-
Parcelamento - Lei 11.941/09	3.122	2.855	3.122	2.855
TOTAL	47.731	43.789	47.738	43.790

16.1. PRODEC

O valor reconhecido pela Companhia em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 29.534 mil (2014 – R\$ 27.010 mil). Respalhada por decisão judicial que proíbe o Estado de Santa Catarina de aplicar qualquer penalidade pelo não cumprimento dos pagamentos. Em 2015 o Estado de Santa Catarina considerou legítimo o entendimento da Companhia quanto a não incidência dos encargos de multa e juros (diferença de taxas) pelo atraso destes pagamentos. Em 2014 o valor de encargos não provisionados era no montante de R\$ 31.830. Em 2015 esta contingência possível deixou de existir.

Notas Explicativas**17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – CONTROLADORA E CONSOLIDADO**

	Circulante		Não Circulante	
	2015	2014	2015	2014
Badesc - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina	15.204	14.303	-	-
Financiamento vencido em 25/07/2010. Garantia aval da diretoria, hipoteca de imóvel e alienação fiduciária de máquinas.	15.204	14.303	-	-
Saldo negativo em contas correntes bancárias	117	106	-	-
Banco Daycoval	5.209	5.983	-	-
Empréstimos de capital de giro, com juros de CDI + 0,65%am	4.917	5.983	-	-
FINIMP - juros 1,01% am	292	-	-	-
Banco Sofisa	6.000	5.000	-	-
Empréstimos de capital de giro, com juros de CDI + 0,60%am	6.000	5.000	-	-
BANCO BIC	167	1.999	-	-
Financiamento de capital de giro, com juros médios mensais de 0,60% mais CDI	167	1.999	-	-
BANCO SAFRA	4.000	2.000	-	-
Empréstimos de capital de giro juros médios de CDI + 0,60%a.m	4.000	2.000	-	-
PML Petersen Matex	77	447	-	74
Financiamento de máquinas, 7% aa	77	447	-	74
CREDCREA Cooperativa de Crédito	502	-	-	-
Empréstimos de capital de giro, com juros de 1,44%am	502	-	-	-
Rotterdam Participações Ltda (vide nota 11.1.)	173.603	-	-	-
Crédito cedido com diversas taxas de juros pactuados	173.603	-	-	-
Welowo C.V. (vide nota 11.1.)	24.194	13.581	-	-
Crédito cedido com diversas taxas de juros pactuados	24.194	13.581	-	-
Karsten S/A	263	-	-	-
Empréstimo de algodão	263	-	-	-
TOTAL	229.336	43.419	-	74

Legendas:

CDI – Certificado Depósito Interbancário

18. DEBÊNTURES

Em 30 de setembro de 2004, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a emissão para distribuição pública em série única de 40.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas da espécie quirográfica, com valor nominal unitário de R\$ 1 mil, perfazendo o montante total de R\$ 40.000 mil.

Em 30 de novembro de 2004 o Conselho de Administração da Companhia, conforme delegação feita pela Assembleia Geral Extraordinária, deliberou que seria admitida a distribuição parcial das debêntures emitidas, sendo que a oferta das debêntures em nada seria afetada caso estas não fossem subscritas e integralizadas na sua totalidade. Caso não houvesse a subscrição e integralização da totalidade das debêntures, o saldo remanescente seria cancelado por ocasião do término do período de distribuição.

Notas Explicativas

Em 15 de dezembro de 2004 o Conselho de Administração da Companhia, conforme delegação feita pela Assembleia Geral Extraordinária, deliberou que seria admitida a distribuição parcial das debêntures emitidas, sendo que a manutenção da oferta estaria condicionada à subscrição e integralização, dentro do período legal de distribuição, de no mínimo 12.000 (doze mil) debêntures, equivalentes ao montante de R\$ 12.000 mil, considerado o valor nominal unitário na data da emissão. Caso não houvesse a subscrição e integralização da totalidade das debêntures, o saldo remanescente seria cancelado por ocasião do término do período de distribuição. Em 28 de dezembro de 2004 a Comissão de Valores Imobiliários – CVM concedeu o registro da operação.

As características das debêntures são:

Valor nominal unitário: R\$ 1.000,00;

Vencimento final: 1º de setembro de 2010;

Atualização do valor nominal: base no IGP-M;

Pagamento do valor nominal: cinco parcelas anuais conforme segue:

Parcela 1 - 1º de setembro de 2006 20% em relação ao total da emissão.

Parcela 2 - 1º de setembro de 2007 20% em relação ao total da emissão.

Parcela 3 - 1º de setembro de 2008 20% em relação ao total da emissão.

Parcela 4 - 1º de setembro de 2009 20% em relação ao total da emissão.

Parcela 5 - 1º de setembro de 2010 20% em relação ao total da emissão.

Pagamento da remuneração: semestralmente, a partir de 1º de março de 2005

Remuneração: 0,8355 % ao mês.

Foram negociadas 8.303 debêntures, as quais estão registradas nesta data pelo montante de R\$ 18.129 mil (2014 – R\$ 18.020 mil). A remuneração das debêntures foi paga até o mês de junho de 2006, e a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª parcelas, vencidas em setembro de 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010 não foram quitadas.

19. PROVISÕES FISCAIS E CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia, foram constituídas provisões, sendo que a Companhia acredita que as provisões constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e suas custas, sendo que o saldo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 100.912 mil (2014 – R\$ 82.424 mil). Do valor total de 100.912 mil, o montante de R\$ 68.789 mil encontra-se notificado com defesa apresentada pela Companhia. As defesas apresentadas encontram-se pendente de julgamento por parte dos órgãos competentes.

19.1. PERDA POSSÍVEL

Para os valores das contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, não foram constituídas provisões financeiras, pois, estas não se constituem em perdas prováveis e estão assim distribuídas:

Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Tributárias	-	31.830
Trabalhistas	2.580	1.509
Cíveis	299	299
TOTAL	2.879	33.638

- a) **Tributárias:** decorrente da questão referente ao PRODEC (ver nota 16.1);
- b) **Trabalhistas:** decorre de reclamatórias de ex-funcionários reivindicando horas extras e demais verbas trabalhistas, supostamente pagas a menor pela Companhia;
- c) **Cíveis:** decorre de pleitos de clientes com danos morais por supostos protestos indevidos e indenizações por entrega de mercadorias em desacordo com o pedido.

20. OBRIGAÇÕES COM PESSOAS LIGADAS

Estão registradas no balanço, pelos valores originais acrescidos de juros contratuais:

	Não circulante	
	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Pessoas Físicas - CDI / Vencimento de parte em jan/16 e o restante com processo judicial	5.373	4.490
D&D Administradora de Bens Ltda - Nuevo Bco Coml Uruguai	20.095	17.048
Crédito cedido por Nuevo Banco Comercial - Financiamento atualizado em CDI, mais juros de 7% aa, amortização mensal do principal e juros, vencido a última em 30/11/2007. Garantia aval dos diretores, notas promissórias e hipoteca de imóvel.		
TOTAL	25.468	21.538

21. PASSIVO A DESCOBERTO**a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social era de R\$ 8.186.220,16 (oito milhões, cento e oitenta e seis mil, duzentos e vinte reais e dezesseis centavos), divididos em 42.592.810 (quarenta e dois milhões, quinhentos e noventa e dois mil, oitocentos e dez) ações, sendo 14.566.031 (quatorze milhões, quinhentos e sessenta e seis mil e trinta e uma) ordinárias e 28.026.779 (vinte e oito milhões, vinte e seis mil, setecentos e setenta e nove) preferenciais, sem valor nominal.

Notas Explicativas**b) Reservas de capital**

Reserva constituída no montante de R\$ 9.983 mil, com os benefícios fiscais decorrentes do Crédito Presumido de ICMS, do período de 2012. Os ganhos oriundos deste benefício tem destinação específica de utilização.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS				
Vendas mercado interno	97.549	100.341	97.549	100.341
Vendas mercado externo	2.535	1.383	2.535	1.383
Serviços mercado interno	2.921	14.894	3.161	15.134
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	103.005	116.618	103.245	116.858
Deduções da receita bruta:				
Impostos faturados, descontos e devoluções	(26.907)	(28.861)	(26.936)	(28.890)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	76.098	87.757	76.309	87.968

23. CUSTOS, DESPESAS E RESULTADO FINANCEIRO POR NATUREZA

Conforme requerido pelo CPC 26 e o IAS 1, está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

a) Custos e despesas

	Controladora	
	2015	2014
Pessoal (salários, benefícios e encargos)	28.528	31.084
Matérias primas e embalagens	29.442	27.886
Energia elétrica	11.854	10.513
Gastos gerais de fabricação	7.215	8.992
Depreciação e amortizações	4.833	4.717
Comissões representantes	2.782	3.551
Frete	992	992
Serviços de terceiros	5.185	5.069
Outros custos e despesas	362	2.128
TOTAL	91.193	94.932

Notas Explicativas

Classificados como:

Custo dos produtos/serviços	69.282	72.763
Despesas com vendas	12.857	12.596
Gerais e administrativas	8.815	7.697
Outras despesas operacionais	239	1.876
TOTAL	91.193	94.932

b) Resultado financeiro

	Controladora	
	2015	2014
Receitas financeiras		
Juros recebidos	373	468
Variação cambial ativa	831	531
Outras receitas	1	226
TOTAL	1.205	1.225
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos	110.406	8.270
Encargos sobre tributos	21.644	28.664
Encargos sobre demais contas	411	203
Variação cambial passiva	1.594	476
Outras despesas financeiras	2.900	1.468
TOTAL	136.955	39.081
Resultado financeiro líquido	(135.750)	(37.856)

24. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e uma Diretoria Executiva. No exercício de 2015 as despesas com os administradores (Controladora e Consolidado) totalizaram R\$ 1.722 mil (2014 – R\$ 1.815 mil – os diretores reduziram seus pró-labores no ano de 2015).

25. RESULTADO POR AÇÃO

O prejuízo básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações emitidas:

Notas Explicativas

	2015	2014
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Lucro (Prejuízo) - acionistas preferenciais	(98.057)	(22.156)
Lucro (Prejuízo) - acionistas ordinários	(50.961)	(11.515)
Total	(149.018)	(33.671)
Quantidade de ações preferenciais emitidas (em mil)	28.027	28.027
Quantidade de ações ordinárias emitidas (em mil)	14.566	14.566
Total	42.593	42.593
Resultado básico e diluído por ação (em reais)		
Ação preferencial	(3,499)	(0,791)
Ação ordinária	(3,499)	(0,791)

26. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS**i) Gerenciamento de riscos**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

• Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

A Companhia possui ainda, estimativa de perda com clientes, para fazer face ao risco de crédito.

Notas Explicativas

Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito.

•Exposição a riscos de créditos

O valor contábil dos ativos financeiros, representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Consolidado	
	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	293	1.290
Contas a receber de clientes	16.868	16.424
Contas a receber não circulante	2.613	2.613
Outras contas a receber	4.017	2.210
TOTAL	23.791	22.537

A Companhia avalia a necessidade de reconhecimento de perdas com créditos através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas sobre as contas a receber.

A Companhia avalia também a necessidade de constituição de perdas para as contas a receber a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento e o incremento de novos clientes.

A despesa com a constituição da estimativa de perda com clientes foi registrada na rubrica de despesas “Com vendas” na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica “Estimativa de perdas em clientes” são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

•Garantias

A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

•Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos. A Companhia possui os seguintes instrumentos de taxa variável:

Notas Explicativas

	Consolidado	
	2015	2014
Empréstimos e financiamentos	229.336	43.493
Obrigações com pessoas ligadas	25.468	21.538
TOTAL	254.804	65.031

• Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente do algodão e dos fios de algodão e fibra adquiridos de terceiros. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia, não sendo possível à Companhia assegurar possibilidade de repasse, parcial ou mesmo total, desses custos no preço de venda de seus produtos. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria prima.

• Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

• Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. As moedas nas quais estas transações são denominadas principalmente são: USD e Euro (€). A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

• Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, como riscos de crédito, mercado e liquidez, assim como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais.

Notas Explicativas

ii) Instrumentos financeiros – valor justo

O quadro a seguir apresenta as principais operações de instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia. Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores financeiros apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Consolidado			
	31/12/2015		31/12/2014	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	293	293	1.290	1.290
Clientes e Outras Contas a Receber	23.498	23.498	21.246	21.246
Empréstimos e Financiamento	(229.336)	(229.336)	(43.493)	(43.493)
Fornecedores e Outras Contas a Pagar	(7.988)	(7.988)	(6.687)	(6.687)
Obrigações com Pessoas Ligadas	(25.468)	(25.468)	(21.538)	(21.538)

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Contas a receber de clientes e outras, fornecedores e outras contas e encargos a pagar**

Decorrem diretamente das operações da Companhia e controlada, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

- **Empréstimos, financiamentos e obrigações com pessoas ligadas**

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores financeiros, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

27. EQUACIONAMENTO FINANCEIRO

A Companhia vem há tempos enfrentando dificuldades com seus fluxos de caixa. Apesar de a operação gerar resultados positivos, ainda não são suficientes para cobrir todos os passivos gerados pela Companhia anteriormente à atual gestão.

Uma parcela dos passivos tributários, que são de caráter relevante, foram parcelados e estão sendo respeitados seus prazos de liquidação conforme negociado.

As demais dívidas, principalmente as que são oriundas de dívidas bancárias (ver nota 17) e de debêntures (ver nota 18) estão sendo negociadas e busca-se um caminho para equacioná-las.

Notas Explicativas

28. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de cobertura de seguros em montantes considerados suficientes para a salvaguarda de seus ativos, com base em levantamentos especializados, considerando a natureza e grau de risco para cobrir eventuais sinistros. A cobertura de seguros abrange riscos diversos sobre edificações, maquinários, móveis e equipamentos, danos pessoais, responsabilidade civil, veículos e lucros cessantes. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

29. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria da Companhia declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ano encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Brusque, 29 de fevereiro de 2016.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

ARMANDO CESAR HESS DE SOUZA

Presidente

HEITOR RODOLFO DE SOUZA

Conselheiro

JAIR PACHECO

Conselheiro

DIRETORIA:

ARMANDO CESAR HESS DE SOUZA

Presidente

MARCIO LUIZ BERTOLDI

Diretor de Relações com Investidores

CONTADORA:

MARTA CASTELLI

CRC SC 023.517/O-3